

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Processo SAP nº 1000000093

Assunto: Contratação de 02 vagas para participação no programa de capacitação de pessoas Mastermind Infra 2024, organizado pelo ILC.

Interessados: APPA/DPR

Parecer Jurídico nº 214/2024

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE. TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO. ART. 30, RILC. REQUISITOS ATENDIDOS.

Sr. Presidente,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de intenção de contratação direta por inexigibilidade de instauração de certame licitatório, para a contratação de 02 (duas) vagas para participação no programa de capacitação de pessoas Mastermind INFRA 2024, organizado pelo ILC - Infraestrutura e Logística Conectada Ltda., que ocorrerá de julho a dezembro de 2024, de maneira presencial (Brasília-DF) e a distância, no valor total de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) para ambas as inscrições.

2. O protocolo veio instruído com os seguintes documentos:

DOCUMENTOS
CI 4723/2024 da CDESP/GGPE
Termo de Referência
Proposta Comercial
Comprovação de vantajosidade
Documentos de regularid. fiscal e jurídica

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

Aprovação do Diretor da DAF
Manifestação CDESP
Autorização fase interna Diretor Presidente
Manifestação COLIC
Manifestação CSUPR

3. É, em síntese, o relatório.

II. DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA

4. Cumpre registrar, preliminarmente, que a análise aqui empreendida se circunscreve aos aspectos legais, de regularidade e demais temas assemelhados, dentro do procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida, uma vez que estes fogem à sua alçada de conhecimento.

5. Os limites traçados decorrem da aplicação do princípio da deferência técnico-administrativa e do disposto no Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU, *in verbis*:

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

6. Ainda, em paridade com o preceituado pela AGU, tem-se que o objetivo da manifestação jurídica é assistir a “autoridade assessorada no controle interno da legalidade

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

7. Finalmente, cabe registrar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

8. Isto porque o conhecimento das nuances técnicas foge ao conhecimento desta DJU, e a invasão de tais limites, acabaria por macular o procedimento administrativo, expondo-o a risco de falta de clareza e inadequação de análise.

9. Neste sentido, cabe destacar que, se num sistema de freios e contrapesos, o pronunciamento deste Jurídico se limita à sua competência por força do caráter não vinculativo das expressões manifestadas no parecer, é livre ao gestor ou ao corpo diretivo, o acompanhamento das recomendações aqui inseridas; conquanto o conhecimento interpretativo do contrato pode trazer divergências de posicionamento entre os seus leitores/gestores.

10. Note-se, no entanto, que por se tratar de análise especializada, em optando pela não adoção das orientações aqui expostas, as demais áreas devem fazê-lo de forma motivada e justificada, sob pena de, em afastando a fala jurídica, incorrer em erro grosseiro; como bem preceitua a norma vigente.

11. Em tempo, cumpre destacar que em recente pronunciamento em decisão Plenária do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2599/2021), o Ministro Bruno Dantas rememorou jurisprudência já produzida pela Corte, onde ficou explicitada a necessidade de alinhamento e complementação de conhecimento e competência entre as áreas que compõe os órgãos públicos.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA JURÍDICA**

Especificamente quanto à relação entre a atuação jurídica e a atuação das demais áreas, o Ministro Bruno Dantas ressaltou que embora tenha caráter não vinculativo, a manifestação jurídica deve ser considerada pelas demais áreas, e o seu afastamento, parcial ou integral, deve ser devidamente motivado e justificado, sob pena de responsabilização do agente, perante a corte de contas, por erro grosseiro.

12. Segundo Dantas, a jurisprudência do TCU tipifica como erro grosseiro, nos termos do art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, o parecer da consultoria jurídica, conforme o seguinte enunciado da jurisprudência selecionada:

Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, sem a devida motivação, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura culpa grave, passível de multa.” (Acórdão 1264/2019-TCU-Plenário, rel. Ministro Augusto Nardes).

13. Cabe registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data neste protocolado, bem como não há reanálise acerca dos atos praticados anteriormente. Destaca-se, também, que a DJU não tem atribuição para proceder auditoria em todos os atos praticados na presente instrução processual, portanto, cabendo tal atribuição aos órgãos de controle, internos e externos.

14. Em arremate, registre-se que a presente análise jurídica dar-se-á à luz das normas constantes na Lei no 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA (RILC).

III. DO MÉRITO**III.1 DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

15. Conforme exposto inicialmente, trata-se de solicitação de contratação de 02 (duas) vagas para o programa de capacitação de pessoas Mastermind INFRA 2024, organizado pelo ILC - Infraestrutura e Logística Conectada Ltda., que ocorrerá de julho a dezembro de 2024, de maneira presencial (Brasília-DF) e a distância, conforme informações contidas no Termo de Referência, no valor total de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

16. De acordo com as informações prestadas “a adesão ao programa dá direito a 02 (dois) participantes que serão definidos pela Presidência após a contratação”. Menciona também que “a referida capacitação foi iniciada em Março/2024, contendo um total de 10 módulos. Como a Portos do Paraná está aderindo neste momento, iremos participar de 1 módulo cortesia (já realizado em 26/06/2024) e 6 módulos pagos, conforme cronograma que consta na Proposta, totalizando R\$ 33.000,00”.

17. No que se refere à contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, dispõe o art. 30. II, “f”, §1º da lei 13.303/2016, *in verbis*:

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

(...)

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

18. É oportuno registrar que quando se decide pela contratação por inexigibilidade de licitação, deve-se ter como fundamento a ausência de pluralidade de potenciais executores do encargo ou a impossibilidade de definir critérios objetivos de julgamento.

19. Nesse viés, a formatação de um curso depende de aspectos incomparáveis, tais como o conteúdo, a data de realização, a metodologia empregada, os recursos didáticos, a qualificação dos professores, entre outros.

20. No caso em análise, o Termo de Referência expôs as seguintes justificativas para a presente contratação: (i) acesso a informações de alta qualidade necessárias a projetos estratégicos sustentáveis voltados para a logística, de forma estruturada; (ii) debate qualificado com a participação de grandes profissionais do mercado que fornecem informações relevantes sobre questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, estrutural e logístico, em especial projetos voltados para logística, das áreas aquaviária, ferroviária e rodoviária, a partir de uma visão integrada sobre a infraestrutura, no Brasil e exterior e (iii) necessidade de fomentarmos a cultura de desenvolvimento contínuo na empresa, bem como direcionarmos nossas ações ao atingimento dos objetivos estratégicos relacionados às pessoas: Fomentar o desenvolvimento de aptidões e competências, gerar valor ao intelecto humano e promover acesso à alta qualificação.

21. Adicione-se que o termo de referência traz elementos que denotam a notória especialidade da empresa que se pretende contratar. Confira-se trecho da justificativa da escolha do fornecedor:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

- 12.2. A ILC (Infraestrutura e Logística Conectada Ltda)** é um centro de inteligência e inovação em infraestrutura e logística, que concilia conhecimento, informação, networking e oportunidades de negócios;
- 12.3.** Tem como objetivo proporcionar informações de alta qualidade, necessárias a projetos estratégicos sustentáveis voltados para a logística, de forma estruturada, complementado com debate qualificado com a participação de profissionais/especialistas da área em fomento e comunidade científica, a partir de uma visão integrada sobre a infraestrutura no Brasil e exterior;
- 12.4.** Os treinamentos e palestras são conduzidos por profissionais experientes e altamente qualificados, que trazem consigo anos de expertise prática no campo da infraestrutura e logística;
- 12.5.** Por isso, entende-se que o meio adequado de contratação do evento aqui tratado é a inexigibilidade de licitação, especificamente com base no art.77 do RILC da APPA;
- 12.6.** Na sequência do protocolo, seguirão os documentos referentes à empresa.

22. Ainda, insta mencionar o conteúdo programático exposto na proposta comercial:

30/07 - Inovação / automação e uso de tecnologias que impactam na sustentabilidade dos terminais/portos brasileiros, na navegação interior, experiências nacional e (benchmarking internacional). (4horas) Virtual

27/08 - ORM (Operational Risk Management) gestão de risco operacional, e socioambiental, ESG (Environmental, Social, and Corporate Governance) e como os portos/terminais (TUPs e ETCs) brasileiros, estão lidando com as mudanças climáticas nas operações portuárias e o que há de proposição. (4horas) Virtual

24/09 – Autorizações ferroviárias, situação com a nova Lei das Ferrovias, ameaças e oportunidades. (4horas) Presencial

29/10 – Ferrovias no Brasil, situação dos contratos de concessões existentes, renovações, devoluções, novas concessões e novos projetos. (4horas) Virtual

26/11 – A evolução do PAC Transportes, projetos e recursos. (4horas) Presencial

17/12 – Cabotagem e afretamento: os detalhes da nova lei e os impactos de sua possível regulamentação. (4horas) Virtual

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

23. Assim, diante de todas estas informações, vê-se que o objeto que se pretende contratar envolve elevado grau de especialidade e técnica em seu núcleo, aspectos que, pela subjetividade, são incomparáveis.

24. Por outro lado, convém destacar que, em que pese seja prescindível a realização de certame, o §3º do artigo 30 da Lei 13.303/16, dispõe que o processo de contratação direta deverá ser instruído com a justificativa do preço praticado pelo fornecedor/executante.

25. Ao tratar da justificativa do preço, o Tribunal de Contas da União dispõe no seguinte sentido:

“A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar”.
(Acórdão 2993/2018 - Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas)

26. Conforme depreende-se da instrução processual, no que se refere à justificativa de preços, a área registrou:

Informamos que, para fins de comprovação do preço proposto à Portos do Paraná (R\$ 33.000,00), nos foi enviado o contrato firmado entre a **ILC – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA CONECTADA LTDA (Organizadora do curso)** e a **VLI MULTIMODAL**.

Este contrato, inserido na sequência, é no valor de R\$ 55.000,00 para 10 (dez) módulos, conforme **Cláusula 1.1 e Cláusula 6ª**, sendo R\$ 5.500,00 por módulo.

A Portos do Paraná está contratando parte da capacitação: **6 módulos, totalizando R\$ 33.000,00.**

Assim, vislumbra-se que o valor proposto à Portos do Paraná está condizente com o ofertado aos demais participantes da capacitação.

27. Ademais, do contrato apensado, firmado entre a ILC e a VLI Multimodal, na cláusula 3.4, está disposto que este valor dá direito a duas vagas.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

28. Em complementar manifestação, a área técnica apensou o contrato da ILC com a empresa ATEM'S Distribuidora, o qual comprova a equivalência de valores pagos à ILC pelas demais instituições.

Informamos que, para fins de comprovação do preço proposto à Portos do Paraná (R\$ 33.000,00), nos foi enviado o contrato firmado entre a **ILC – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA CONECTADA LTDA (Organizadora do curso)** e a **ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A**.

Este contrato, inserido na sequência, é no valor de R\$ 55.000,00 para 10 (dez) módulos, conforme **Cláusula 2.1 e Cláusula 6ª**, sendo R\$ 5.500,00 por módulo.

A Portos do Paraná está contratando parte da capacitação: **6 módulos, totalizando R\$ 33.000,00**.

Assim, vislumbra-se que o valor proposto à Portos do Paraná está condizente com o ofertado aos demais participantes da capacitação.

29. Dessa forma, a DJU entende que restam preenchidos os requisitos para a contratação direta ora pretendida.

30. No que tange à elaboração de instrumento formal escrito (contrato), recomendamos a formalização do contrato nos termos da minuta anexa.

31. Por razões didáticas, apresenta-se tabela que sintetiza o preenchimento dos requisitos dispostos no art. 79 e 80 do RILC da APPA quanto aos elementos mínimos para instrução do processo de contratação direta:

REQUISITOS DA INSTRUÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA ARTs. 79 e 80, RILC	OBS.
Art. 79 As justificativas referentes às contratações diretas deverão ser aprovadas pela Diretoria do setor requisitante e autorizada pelo Diretor Presidente	Atendido

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

I – estudos preliminares com elaboração de projeto básico, para obras de engenharia, e termo de referência, para compras e serviços, ambos aprovados de forma fundamentada pela Diretoria do setor requisitante e com indicação do dispositivo do RILC aplicável;	Atendido
II – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;	Não se aplica
III – razões da escolha do fornecedor ou do executante;	Atendido
IV – justificativa do preço, inclusive com apresentação de orçamentos ou da consulta de preços de mercado;	Atendido
V – declaração de disponibilidade orçamentária;	Atendido
VI – parecer técnico, seguido de parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;	Parecer jurídico em apreço
VII – no caso de dispensa em razão do valor, expressa indicação do valor estimado para a contratação, será dispensada nestas hipóteses a análise pela área jurídica da APPA, desde que a Diretoria do setor requisitante assim ateste e seja autorizada pelo Diretor Presidente;	Não se aplica
VIII – documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, justificadamente exigíveis de acordo com o objeto contratado.	Atendido
IX - Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, contendo a indicação da necessidade que deverá ser atendida pela contratação; a descrição completa do objeto; orçamento estimativo; obrigações do Contratado e da Contratante; prazos de execução; condições para o recebimento do objeto; sanções pelo inadimplemento, entre outras pertinentes.	Atendido

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

32. Feitas estas observações, a DJU entende que estão preenchidos os requisitos para a contratação direta ora pretendida.

III.2 DA DISPENSA DE APROVAÇÃO PELO CONSAD.

33. No que se à necessidade de aprovação pelo CONSAD, conforme consta da Ata da 72ª reunião do CONSAD, realizada em 28 de agosto de 2020, restou fixado que a alçada de deliberação pela Diretoria Executiva é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais):

(...) Diante disso, os membros do CONSAD decidiram utilizar como referência o valor equivalente a 1% (um por cento) do Capital Social da APPA, sendo deliberado o valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) como nova Regra de Alçada da Diretoria Executiva para as futuras contratações da Portos do Paraná e que não haverá mais necessidade de deliberação e aprovação de pedidos de reajustes contratuais que tiverem previsão expressa nos contratos administrativos.

34. No presente caso, tendo em vista que o valor da contratação é de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), não é necessária a aprovação pelo CONSAD.

IV. CONCLUSÃO

35. Ante o exposto, conclui-se que o procedimento está apto a subsidiar a decisão da Diretoria Colegiada acerca da contratação por inexigibilidade de licitação, enquadrando o serviço a ser prestado como “técnico especializado, com profissionais ou empresa de notória especialização”, notadamente de “treinamento e aperfeiçoamento de pessoal” (art. 30, inciso II, alínea “f” da Lei nº 13.303/2016), dispensada a aprovação da contratação pelo CONSAD, eis que o valor da contratação é de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA JURÍDICA

36. Assim, encaminhamos o presente para análise e aprovação, sob o comando do Sr. Diretor Presidente.

Paranaguá, datado e assinado eletronicamente.

STEPHANIE AVILA FONSECA DIAS

ANALISTA PORTUÁRIA – ADVOGADA

RODRIGO DI PIERO MENDES

PROCURADOR JURÍDICO CONSULTIVO

MARCUS VINICIUS FREITAS DOS SANTOS

DIRETOR JURÍDICO

COMUNICAÇÃO INTERNA 5106/2024.

Documento: **PARECERINEXIGIBILIDADECAPACITACAOMASTERMINDMINFRA2024SAP10000000093.pdf.**

Assinatura Avançada realizada por: **Stephanie Avila Fonseca Dias (XXX.966.489-XX)** em 17/07/2024 14:32, **Rodrigo Di Piero Mendes (XXX.420.919-XX)** em 17/07/2024 15:21.

Assinatura Simples realizada por: **Marcus Vinicius Freitas dos Santos (XXX.176.789-XX)** em 17/07/2024 15:20.

Inserido ao documento **885.586** por: **Stephanie Avila Fonseca Dias** em: 17/07/2024 14:32.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
3d7eaae100becbf908702f8e253f9923.